

DESLOCAMENTOS URBANOS E O ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS

Marcia Maria Cunha¹
Agnaldo de Sousa Barbosa²

¹ Unesp Franca – SP. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP de Franca, mestre em Serviço Social pela mesma Instituição e graduada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru - ITE. Atualmente é coordenadora da Seccional de Bauru do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Gestão ECUSS - 2020 a 2023). Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Gran Tietê. Membro titular do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Bauru e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Bauru. Como pesquisadora estuda principalmente os seguintes temas: Habitação de Interesse Social, Serviço Social, Direito à Cidade, Mobilidade Urbana e Assistência Social. Integrante do grupo de estudos e pesquisa DEMUS - Direito e Mudança Social.

E-mail: marcia.cunha@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6464490840635412>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0149-6074>

² Unesp Franca – SP. Livre-Docente em Sociologia pela UNESP. Atualmente é Professor Associado III (MS5-3) do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Câmpus de Franca, instituição na qual ingressou em setembro de 2009. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, do qual foi coordenador de out/2013 a jul/2021, e também do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Foi pesquisador visitante do Centro de Estudos Sociais-CES da Universidade de Coimbra em 2018/2019, com bolsa BEP/FAPESP. Desde junho de 2014 coordena o DeMuS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito e Mudança Social. Em pesquisa possui atuação multidisciplinar, orientando trabalhos de diversas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, da iniciação científica ao pós-doutorado. Em suas publicações destacam-se temas pertinentes à Sociologia do Direito, Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia Política e Políticas Públicas. Entre 2005 e 2007 foi bolsista do Programa Jovem Pesquisador da FAPESP, agência de fomento da qual também é assessor ad-hoc.

E-mail: agnaldo.barbosa@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7871008221742180>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0029-1277>

Resumo: Com a pandemia da Covid-19, o direito a ter condições de deslocamento de forma segura, eficiente e acessível tem ganhado espaço no debate público e acadêmico. Este trabalho tem como objetivo conhecer os elementos presentes nos estudos sobre deslocamentos urbanos e acesso a serviços públicos. A metodologia utilizada foi a revisão sistemática de 29 artigos disponíveis na base de dados SciELO. Os resultados demonstram a prevalência de estudos realizados no Brasil, com destaque nas regiões Sul e Sudeste do país. Foram instrumentos de coleta: dados primários (entrevistas) e publicações realizadas em periódicos nacionais. O foco dos estudos está no deslocamento para o acesso a serviços de saúde. Os participantes são, na maioria, usuários de serviços de saúde acima de 18 anos.

Palavras-chave: Deslocamento urbano. Acesso a serviços públicos. Mobilidade urbana. Acessibilidade. Direito à cidade.

URBAN DISPLACEMENT AND ACCESS TO PUBLIC SERVICES

Abstract: With the Covid-19 pandemic, the right to have safe, efficient, and affordable conditions of displacement has gained space in public and academic discourse. This work aims to learn the elements present in studies on urban displacement and access to public services. The methodology used was a systematic review of 29 articles available in the SciELO database. The results show the prevalence of studies carried out in Brazil, with emphasis on the South and Southeast regions of the country. The collection instruments were: primary data (interviews) and publications in national journals. The focus of the studies is on the displacement to access health services. The participants are for the most part users of health services over 18 years of age.

Keywords: Urban displacement. Access to public services. Urban mobility. Accessibility. Right to the city.

Introdução

Com o estado de pandemia de Covid-19, decretado em março de 2020, um tema que tem ganhado espaço no debate público e acadêmico é o direito à mobilidade urbana, isto é, o direito a ter condições de se deslocar na cidade de forma segura, eficiente e acessível.

A mobilidade urbana no Brasil passou a ter *status* de política pública com a Lei 12.587/2012 (BRASIL, 2012), que tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade que, por sua vez, envolve a forma como se dão os deslocamentos das pessoas aos equipamentos urbanos públicos e particulares. Sendo assim, é importante compreender os elementos que fazem parte desse movimento e que podem facilitar ou dificultar os acessos das pessoas à cidade e, especialmente, aos serviços públicos.

Este trabalho se propõe a conhecer os elementos presentes nas pesquisas científicas sobre o deslocamento urbano e o acesso a serviços públicos. Para tanto, optou-se pela realização de revisão sistemática, por esta oferecer ferramentas para conhecer uma grande quantidade de trabalhos sobre um determinado tema, o que contribui para a ampliação do universo informacional, de forma ordenada, tendo como resultado “um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo a respeito do material analisado” (FERNÁNDEZ-RÍOS; BUELA-CASAL, 2009 apud COSTA; ZOLTOWSKI, 2014, p. 56).

A estrutura do trabalho está organizada da seguinte maneira: primeiro, apresenta-se a base teórica sobre o deslocamento urbano; depois, descreve-se a metodologia aplicada na pesquisa e, em seguida, a análise e discussão os dados levantados. Por fim, nas considerações finais, apontam-se os desafios e as lacunas a serem superados em novos estudos.

Deslocamento urbano e o acesso a serviços públicos

O processo de expansão urbana das cidades brasileiras criou um cenário em que a informalidade urbana e a segregação socioespacial se fazem presentes e trazem com elas desafios concernentes ao planejamento e à oferta de serviços públicos. A classe trabalhadora foi empurrada para a periferia, onde não há interesse do setor imobiliário. Isso exige mais investimentos públicos para levar infraestrutura, transporte público e equipamentos a estes locais, interferindo diretamente na forma como se conduziu a mobilidade urbana.

Segundo Vasconcellos (2016, p. 57):

O rápido e intenso crescimento urbano que ocorreu no Brasil a partir da década de 1950 foi acompanhado de mudanças profundas no sistema de mobilidade das pessoas. Aumentaram paulatinamente os deslocamentos feitos com veículos motorizados, notadamente utilizando-se de automóveis particulares e ônibus [...]. Além das políticas de mobilidade, decisões sobre o uso e a ocupação do solo urbano foram determinantes para criar ou ampliar a segregação espacial das camadas de renda mais baixa, que aumentaram o isolamento e a dificuldade de ter acesso à cidade, ao trabalho e aos serviços públicos.

Quando se discute o acesso aos serviços públicos, cumpre verificar como se dá a oferta das políticas públicas, pois são elas as responsáveis por materializar os direitos sociais à população.

Gomide (2006), ao estudar as condições de mobilidade urbana da população de baixa renda, destaca a relação entre as políticas públicas de transporte e de uso e a ocupação do solo urbano. Ele pontua que o transporte público deveria ser melhorado, tornando-se mais rápido, eficiente e confortável. Já o uso e a ocupação de solo urbano deveriam promover a ocupação das áreas centrais dotadas de infraestrutura e enfrentar a produção dos vazios urbanos

que aumentam as distâncias a serem percorridas nas cidades. O autor aponta para a necessidade de integração destas duas políticas, considerando-a imprescindível para que a mobilidade se desenvolvesse de forma sustentável.

Todavia, a realidade expõe a falta da integração destas políticas. De acordo com estudo do IPEA (2020), o caos na mobilidade urbana nas cidades brasileiras é tido como resultado da combinação entre políticas de uso do solo malsucedidas, circulação priorizada para o transporte individual e oferta de transporte público de baixa qualidade. Isso tudo é agravado pela gradativa desvalorização do espaço para os pedestres e ciclistas, tratados como invisíveis.

Diante desse cenário e com base na premissa de que apenas a existência de equipamentos públicos nos bairros não garante o atendimento efetivo da população, a discussão sobre as condições de deslocamento urbano pode evidenciar suas implicações no cotidiano das pessoas que demandam por serviços públicos.

Para compreender como se dá o processo de deslocamentos das pessoas, recorre-se às considerações de Vasconcelos (2016). O autor explica que ele é constituído por aspectos individuais e familiares, relacionados às características sociais, e por aspectos externos, relacionados às características econômicas, que juntos criam as condições para que os deslocamentos sejam realizados e que a mobilidade se concretize. Entre os aspectos individuais e sociais, a mobilidade das pessoas é influenciada, sobretudo, por idade, condição física, gênero, escolaridade e renda pessoal ou familiar.

Em relação às características econômicas, Brandt (2017) menciona que a mobilidade urbana está diretamente relacionada às possibilidades de os cidadãos se deslocarem e terem acesso aos direitos sociais

previstos no art. 6º da Constituição Federal, aos equipamentos urbanos e comunitários, aos serviços públicos e aos demais espaços da cidade.

Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho consiste numa pesquisa teórica de natureza exploratória, com um referencial bibliográfico sobre deslocamento urbano e o acesso a serviços públicos.

Os objetivos desta revisão sistemática são levantar, organizar e analisar elementos sobre deslocamento urbano e acesso aos serviços públicos. Ao adaptar a definição de Fink (2005) sobre revisão sistemática, Okoli (2019) refere que:

Uma revisão de literatura autônoma rigorosa deve ser sistemática ao seguir uma abordagem metodológica; explícita na explicação dos procedimentos pelos quais foi conduzida; abrangente em seu escopo ao incluir todo o material relevante; e, portanto, reproduzível por outros que desejem seguir a mesma abordagem na revisão do tema. (OKOLI, 2019, p. 4).

O desenvolvimento de uma revisão sistemática de qualidade deve seguir oito etapas básicas:

1. delimitação da questão a ser pesquisada; 2. escolha das fontes de dados; 3. eleição das palavras-chave para a busca; 4. busca e armazenamento dos resultados; 5. seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão; 6. extração dos dados dos artigos selecionados; 7. avaliação dos artigos; 8. síntese e interpretação dos dados. (Akobeng, 2005 apud Costa e Zoltowski, 2014, p. 56).

A seleção dos artigos foi realizada em setembro de 2021, com consulta na base de dados SciELO, no portal de periódicos da Capes,

utilizando os descritores “deslocamento e acesso”. Foram encontrados 98 estudos associados aos termos pesquisados. Após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, foram excluídos 65 estudos, por não se tratar do assunto pesquisado, e 12 estudos, por serem repetidos, ficando neste primeiro momento 21 estudos para revisão.

Em outubro de 2021 foi realizada busca com os descritores “acessibilidade e mobilidade urbana”; foram localizados 16 estudos. Após a leitura, foram excluídos oito estudos, por não tratarem do assunto pesquisado, e selecionados oito estudos para revisão, totalizando assim as duas etapas com 29 estudos, conforme o quadro 1. Os trabalhos foram publicados entre os anos de 2000 a 2021 e eram, predominantemente, de estudos nacionais.

Quadro 1 ☒ Relação dos artigos incluídos na revisão com o nome dos autores

TÍTULO	AUTORES
Assistência ao parto no município do Rio de Janeiro: perfil das maternidades e o acesso da clientela	CAMPOS, T.P.; CARVALHO, M.S. (2000)
Desempenho da atenção básica no controle da tuberculose	FIGUEIREDO, T.M.R.M. de et al. (2009)
Oferta e utilização de serviços de saúde bucal no Amazonas, Brasil: estudo de caso em população ribeirinha do município de Coari	COHEN-CARNEIRO, F. et al. (2009)
Perfis de mobilidade nas regiões metropolitanas do interior de São Paulo	MARANDOLA JR., E.; GUEDES, G. R.; SILVA, R.B. (2010)
Oferta e demanda por média complexidade/SUS: relação com atenção básica	PIRES, M.R.G.M. et al. (2010)
Utilização de consulta médica e hipertensão arterial sistêmica nas áreas urbanas e rurais do Brasil, segundo dados da PNAD 2008	MOREIRA, J.P.L.; MORAES, J.R.; LUIZ, R.R. (2011)
Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência	CASTRO, S.S. et al. (2011)

TÍTULO	AUTORES
Fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba (PR), Brasil	FERMINO, R.C.; REIS, R. S. e CASSOU, A.C. (2012)
Mortalidade infantil e acesso geográfico ao parto nos municípios brasileiros	ALMEIDA, W.S. de; SZWARCOWALD, C.L. (2012)
Estudo da acessibilidade de idosos ao centro da cidade de Caratinga (MG)	FREIRE JÚNIOR, R.C. et al. (2013)
Espaço, iniquidade e transporte público: avaliação da acessibilidade urbana na cidade de Natal/RN por meio de indicadores de sustentabilidade	COSTA, L. P.; MORAIS, I.R.D. (2014)
Análise da acessibilidade a hospitais: estudo de caso para as cidades de São Carlos (SP) e Rio Claro (SP)	GARCIA, P. B.M; RAIÁ, A. A. (2015)
Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico	CARVALHO, A.W.B.; STEPHAN, I.I. C. (2016)
Acesso de idosos às unidades de atenção primária à saúde	PAGLIUCA, L.M.F. e al. (2017)
Integração regional em cidades gêmeas do Paraná, Brasil, no âmbito da saúde	AIKES, S.; RIZZOTTO, M.L.F. (2018)
Acesso e itinerário terapêutico aos serviços de saúde nos casos de óbitos por câncer de boca	AQUINO, R.C.A. et al. (2018)
Acesso ao diagnóstico da tuberculose em município brasileiro de médio porte	QUINTERO, M.C.F. et al. (2018)
Distância até as academias ao ar livre, uso das estruturas e atividade física em adultos	SILVA, A.T. et al. (2018)
Espraiamento urbano e exclusão social. Uma análise da acessibilidade dos moradores da cidade do Rio de Janeiro ao mercado de trabalho	CARNEIRO, M. et al. (2019)
Universidades e deficiência: “A estratégia básica é perseverança”	OVIEDO-CÁCERES, M.D.P.; HERNÁNDEZ-GUIRAMA, A. (2019)
Acesso aos cuidados de saúde mental em El Salvador: um estudo de caso de progresso em direção à descentralização	NICKELS, S.V. et al. (2019)
Estudo de análise de rede do fluxo de pacientes de câncer de mama no Brasil entre 2014 e 2016	SALDANHA, R.F. et al. (2019)

TÍTULO	AUTORES
Acesso aos serviços de saúde por pacientes com suspeita de dengue na cidade do Rio de Janeiro, Brasil	FREITAS, D.A.; SOUZA-SANTOS, R.; WAKIMOTO, M.D. (2019)
Falta de acesso e trajetória de utilização de serviços de saúde por idosos brasileiros	ALMEIDA, A.P.S.C. et al.
Características do ambiente no entorno de escolas, distância da residência e deslocamento ativo em adolescentes de Curitiba, Brasil	SILVA, A.A.P. et al. (2020)
Acesso em saúde bucal no Brasil: análise das iniquidades e não acesso na perspectiva do usuário, segundo o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, 2014 e 2018	FREIRE, D.E.W.G. et al. (2021)
O papel de mediação da densidade residencial na associação entre fatores ambientais percebidos e deslocamento ativo à escola em adolescentes brasileiros	DIAS, A.F. et al. (2021)
Acessibilidade ao ambiente físico em academias de ginástica para pessoas com deficiência física: uma revisão integrativa	LUNA, I.D.O. et al. (2021)
Resiliência urbana e serviços sociais de interesse geral: quem perde acessibilidade aos sistemas de saúde durante as crises?	GONÇALVES, C. (2021)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Análise e discussão dos dados

Após a análise dos 29 estudos incluídos na revisão, verificou-se que os estudos são majoritariamente nacionais, sendo 25 trabalhos (86%) realizados no Brasil. As demais pesquisas foram realizadas em El Salvador (uma), Colômbia (uma), Estados Unidos, Canadá e Portugal (uma) e somente em Portugal (uma).

Os artigos estão relacionados a diferentes periódicos distribuídos em 24 revistas brasileiras e quatro revistas de outros países da América Latina, sendo três da Colômbia, uma do México e uma do

Chile. A revista com maior número de artigos (cinco) é a Cadernos de Saúde Pública, fator de impacto 1,632 (2021-2022), seguida pela Revista Ciência e Saúde Coletiva (quatro), com fator de impacto 1,336 (2021-2022).

Concernente à região do país onde foram realizados os 25 estudos, os dados evidenciam a predominância da região Sudeste, com nove trabalhos; na sequência, a região Sul, com cinco trabalhos; e os estudos realizados em âmbito nacional, também com cinco; região Nordeste com quatro trabalhos; Centro-Oeste e Norte com um trabalho cada.

Esses dados reproduzem a realidade que existe no país em relação ao número de publicações. Segundo dados organizados pelo Projeto Métricas (2020), as universidades brasileiras com melhor desempenho e que formam a base do sistema de pesquisa no Brasil, ocupando constantemente um lugar entre as quinhentas melhores do mundo em diferentes *rankings*, estão localizadas nas regiões Sudeste e Sul: USP, Unicamp, Unesp, UFRJ, UFMG, Unifesp e UFRS.

Em relação aos instrumentos utilizados de coleta de dados, 18 estudos lançaram mão da combinação de dados primários, por meio de entrevistas com aplicação de questionários, e dados secundários.

Os outros dez estudos utilizaram dados secundários mediante o acesso a dados já existentes, como informações de PNAD, IBGE etc. Houve um estudo que utilizou dados primários através de fotos, trenas e visitas *in loco* para avaliação.

Quanto ao foco dos estudos analisados, a maioria dos trabalhos (24 artigos) discute o acesso a diferentes serviços públicos de forma ampla, analisando elementos como tempo e custo de deslocamento, demanda e oferta de serviços, tipo de transporte utilizado,

fatores individuais e ambientais, fluxos, localização da residência e segregação socioespacial.

Os demais artigos (cinco) estão voltados para a avaliação das condições de acessibilidade física de serviços de saúde, universidade e academia ao ar livre para pessoas com deficiência e centro da cidade, e atendimento na atenção primária à saúde para idosos, analisando elementos como acessibilidade em vias públicas, prédios, calçadas, rampas e sanitários adaptados.

Verificou-se que cada um dos estudos abordou uma política pública como parte do objeto de pesquisa. Os estudos voltados para a área da saúde estão presentes na maioria dos artigos (vinte), ou seja, em 68,9%; seguido da área de Esporte e Lazer e Educação com três trabalhos cada; as áreas de Habitação, Mobilidade Urbana e Trabalho e Renda possuem apenas um trabalho cada.

Diante desses dados, é fundamental discutir o valor e o significado que a área da saúde possui nas produções científicas no Brasil. De acordo com o estudo da CGEE (2021), a Saúde Pública ocupa o 6º lugar entre os 10 maiores *clusters* da rede da produção científica brasileira, segundo o número de artigos durante os anos de 2015 a 2020, com 10.336 artigos. O mesmo estudo considera que:

[...] o setor da saúde é dotado de particularidades que decorrem de sua aproximação com as demandas básicas da sociedade, que o condicionam à identificação de temáticas prioritárias à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à consequente necessidade de estruturação e incorporação dos novos conhecimentos e de novas tecnologias ao SUS. A Constituição Federal inclui, como atribuições do SUS, o incremento do desenvolvimento científico e tecnológico em sua área de abrangência. A Lei nº 9.639/1998 (BRASIL, 1998), alterada pela Medida Provisória nº 2.143/2001 (BRASIL, 2001), determina que a área de ciência e tecnologia faz parte das competências do Ministério da Saúde (MS). Portanto,

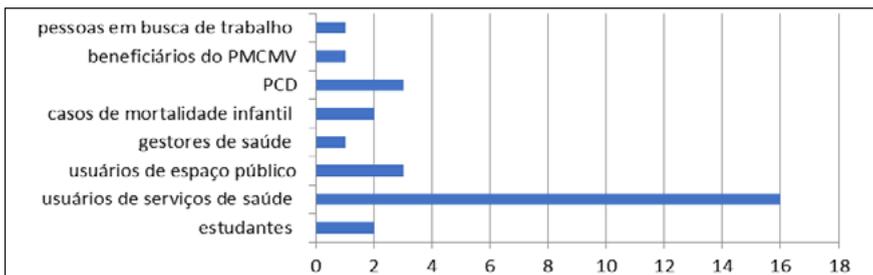
a ciência, tecnologia e inovação tornaram-se fundamentais ao desenvolvimento e à melhoria na Saúde Pública do cidadão brasileiro. (CGEE, 2021, p. 95).

Cumpre ressaltar que nesta revisão não foram localizados trabalhos que discutem o acesso a serviços públicos importantes como os relacionados a políticas públicas de assistência social, previdência social, transporte público, cultura, segurança pública e sociojurídico.

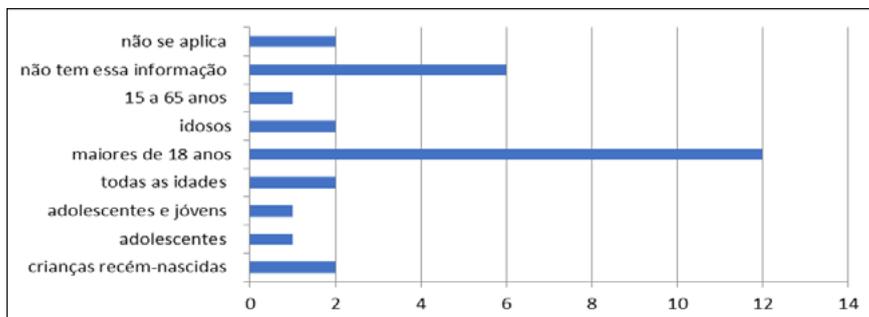
Outro dado analisado nesta revisão diz respeito aos participantes das pesquisas, ou seja, àqueles que ocupam o lugar de maior relevância nos estudos, por serem eles os usuários a quem as políticas públicas analisadas se destinam, e a quem as pesquisas se propõem conhecer a realidade e nela intervir, através da produção do conhecimento, na busca da melhoria na qualidade de vida.

Nas próximas figuras serão apresentadas as características dos grupos a que os participantes estão ligados e as informações sobre a faixa etária:

Figura 1 Grupo de participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Figura 2 ▣ Faixa etária dos participantes

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quando se analisam os dados das figuras 1 e 2 percebe-se o número ínfimo de estudos voltados a grupos considerados como mais vulneráveis, sendo estes o público prioritário da Proteção Social Especial (PSE) da Política de Assistência Social³, como as Pessoas com Deficiência, com somente três artigos; idosos, crianças e adolescentes, com apenas dois artigos cada um. Grupos constituídos por mulheres e população LGBTQIA+ não aparecem nos resultados da revisão.

Em síntese, apesar da relevância dos estudos revisados, o tema ainda demanda ampliar o foco de análise para diferentes grupos

³ “A PSE está voltada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por violação dos direitos humanos, a exemplo da ocorrência de violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, prática de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, entre outras, a exemplo da precarização dos cuidados familiares nas situações de dependência das pessoas idosas e das pessoas com deficiência. Alguns grupos são particularmente vulneráveis à vivência das situações de violência e violação dos direitos nominadas acima, tais como: crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), mulheres e suas famílias”. (MDS, 2011, p. 18).

de participantes e outras políticas públicas. A realização de novos estudos poderá contribuir para que os avanços legais se concretizem em melhorias reais das condições de mobilidade urbana das pessoas.

Considerações finais

As condições de deslocamento para o acesso aos serviços públicos estão relacionadas a um conjunto de fatores, de modo a impactar o exercício da cidadania, principalmente, da população mais pobres.

Pode-se constatar, nessa revisão, a presença majoritária de estudos na área da saúde pública. Assim, observa-se uma carência de estudos sobre outras áreas e, conseqüentemente, uma necessidade urgente em desenvolver pesquisas que abordem o acesso a outras políticas públicas.

A presente revisão mostrou ainda a escassez e a ausência de estudos voltados para grupos considerados mais vulneráveis, conforme estabelecido pela Proteção Social Especial. Esses grupos populacionais, em virtude das condições de desproteção social a que estão mais expostos, demandam maior atenção da comunidade científica no tocante à produção de conhecimentos que contribuam para o planejamento de políticas públicas em busca da superação dessas condições.

Por fim, considera-se que o objetivo da revisão foi alcançado, visto que foi possível conhecer diferentes elementos presentes nas pesquisas publicadas sobre o tema proposto e, partir deles, refletir criticamente sobre o conhecimento produzido e se apropriar das descobertas, desafios, limites e possibilidades para fundamen-

tar o processo de construção de novos estudos que possam responder a questões contemporâneas e preencher algumas lacunas que foram identificadas.

Referências

AIKES, S.; RIZZOTTO, M. L. F. Integração regional em cidades gêmeas do Paraná, Brasil, no âmbito da saúde. *In: Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 8, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00182117>. Acesso em: 17 mar. 2022.

ALMEIDA, A. P. S. C. et al. Falta de acesso e trajetória de utilização de serviços de saúde por idosos brasileiros. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro v. 25, n. 6, pp. 2213-2226, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.27792018>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ALMEIDA, W. S. de; SZWARCOWALD, C. L. Mortalidade infantil e acesso geográfico ao parto nos municípios brasileiros. *In: Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 68-76, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102012005000003>. Acesso em: 18 mar. 2022

AQUINO, R. C. A. et al. Acesso e itinerário terapêutico aos serviços de saúde nos casos de óbitos por câncer de boca. *In: Revista CEFAC*, Campinas, v. 20, n. 5, p. 595-603, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201820515017>. Acesso em: 18 mar. 2022.

AS Universidades brasileiras no mundo em 2020. **Métricas.edu**. Disponível em: <https://metricas.usp.br/as-universidades-brasileiras-no-mundo-em-2020/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRANDT, D. B. Mobilidade urbana, transporte e saúde na cidade do Rio de Janeiro. *In: SER Social*, Brasília, v. 19, n. 41, p. 439-458, jul.-dez./2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14950/13268. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acesso em: 14 nov. 2021.

BRASIL. MDS. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 2011. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CARNEIRO, M. et al. Espreadimento urbano e exclusão social. Uma análise da acessibilidade dos moradores da cidade do Rio de Janeiro ao mercado de trabalho. *In: EURE*, Santiago, v. 45, n. 136, p. 51-70, sept. 2019. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612019000300051&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2022.

CARVALHO, A. W. B.; STEPHAN, I. I. C. Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico. *In: Cadernos MetrÓpole*. São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 283-307, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3513>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CASTRO, S. S. et al. Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. *In: Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 1, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010005000048>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CGEE. **Panorama da ciência brasileira: 2015-2020**. Boletim Anual OCTI, Brasília, v.1, jun. 2021. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE_Pan_Cie_Bra_2015-20.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

COHEN-CARNEIRO, F. et al. Oferta e utilização de serviços de saúde bucal no Amazonas, Brasil: estudo de caso em população ribeirinha do Município de Coari. *In: Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009000800019>. Acesso em: 18 mar 2022.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A.P.C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. *In: KOLLER, S. H.; DE PAULA COUTO, M. C. P.; HOHENDORFF, J. V. (Org.). In: Manual de Produção Científica*. Porto Alegre: Penso, 2014. Disponível em: https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos_cientificos/18/6505082c2a7c-23986651c7b1f7a4a92e.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

COSTA, L. P.; MORAIS, I.R.D. Espaço, iniquidade e transporte público: avaliação da acessibilidade urbana na cidade de Natal/RN por meio de indicadores de sustentabilidade. *In: Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 237-251, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-451320140203>. Acesso em: 18 mar. 2022.

DIAS, A. F. et al. O papel de mediação da densidade residencial na associação entre fatores ambientais percebidos e deslocamento ativo à escola em adolescentes brasileiros. *In: Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00067620>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FERMINO, R. C.; REIS, R. S. e CASSOU, A. C. Fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba-PR, Brasil. *In: Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 377-389, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-0037.2012v14n4p377>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FIGUEIREDO, T. M. R. M. de et al. Desempenho da atenção básica no controle da tuberculose. *In: Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 5, pp. 825-831, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009005000054>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FREIRE, D. E. W. G. et al. Acesso em saúde bucal no Brasil: análise das iniquidades e não acesso na perspectiva do usuário, segundo o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, 2014 e 2018. *In: Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 30, n. 3, 2021 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000300016>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FREIRE JÚNIOR, R. C. et al. Estudo da acessibilidade de idosos ao centro da cidade de Caratinga, MG. *In: Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, 2013, v. 16, n. 3, pp. 541-558, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232013000300012>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FREITAS, D.A.; SOUZA-SANTOS, R.; WAKIMOTO, M. D. Acesso aos serviços de saúde por pacientes com suspeita de dengue na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.11252017>. Acesso em: 17 mar. 2022.

GARCIA, P. B.M; RAIÁ, A. A. Análise da acessibilidade a hospitais: Estudo de caso para as cidades de São Carlos (SP) e Rio

Claro (SP). urbe. *In: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 21-47, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.007.001.AO02>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. MOBILIDADE URBANA, INIQUIDADE E POLÍTICAS SOCIAIS. *In: IPEA. Políticas sociais acompanhamento e análise*. Brasília: Ipea, 2006. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4511/1/bps_n.12_ensaio5_alexandre12.pdf. Acesso em: 16 dez. 2022.

GONÇALVES, C. Resiliência urbana e serviços sociais de interesse geral: quem perde acessibilidade aos sistemas de saúde durante as crises? *In: Saúde e Sociedade*. 2021, v. 30, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021190867>. Acesso em: 12 mar. 2022.

IPEA. **Mobilidade Urbana e o acesso ao Sistema Único de Saúde para casos suspeitos e graves de Covid-19 nas vinte maiores cidades do Brasil**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2020/04/Nota-T%C3%A9cnica-Mobilidade-e-acesso-ao-SUS.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

NICKELS, S.V. et al. Acesso aos cuidados de saúde mental em El Salvador: um estudo de caso de progresso em direção à descentralização. *In: Rev Panam Salud Publica*. Washington, v. 42, 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2018.v42/e172>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OKOLI, C. Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura. Tradução de Amado Duarte; Revisão técnica e introdução de João Mattar. *In: ead em Foco*, 2019. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/748/359>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LUNA, I.D.O. et al. Acessibilidade ao ambiente físico em academias de ginástica para pessoas com deficiência física: uma revisão integra-

tiva. *In: Rev. Cienc. Salud*, Bogotá, v. 19, n. 1, p. 53-73, Apr. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-72732021000100053&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2022.

MARANDOLA JR., E.; GUEDES, G. R.; SILVA, R. B. Perfis de mobilidade nas regiões metropolitanas do interior de São Paulo. *In: Pap. poblac*, Toluca, v. 16, n. 66, p. 177-226, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252010000400007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2022.

MOREIRA, J. P. L.; MORAES, J.R.; LUIZ, R. R. Utilização de consulta médica e hipertensão arterial sistêmica nas áreas urbanas e rurais do Brasil, segundo dados da PNAD 2008. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 9, p. 3781-3793, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001000014>. Acesso em: 12 mar. 2022.

OVIEDO-CÁCERES, M. D. P.; HERNÁNDEZ-GUIRAMA, A. Universidades e deficiência: “A estratégia básica é perseverança. *In: Revista Colombiana de Educación*, v. 1, n. 79, 2020. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RCE/article/view/9618>. Acesso em: 18 mar. 2022.

PAGLIUCA, L.M.F. e al. Acesso de idosos às unidades de Atenção Primária à Saúde. *In: REME – Rev Min Enferm.* 2017. V. 21. Disponível em: <http://reme.org.br/artigo/detalhes/1157>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PIRES, M. R. G. M. et al. Oferta e demanda por média complexidade/SUS: relação com atenção básica. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1009-1019, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000700007>. Acesso em: 18 mar 2022,

QUINTERO, M. C. F. et al. Acesso ao diagnóstico da tuberculose em município brasileiro de médio porte. *In: Revista de Salud Pública*, Bogotá, 2018, v. 20, n. 1, p. 103-109. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rsap.V20n1.64177>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SALDANHA, R. F. et al. Estudo de análise de rede do fluxo de pacientes de câncer de mama no Brasil entre 2014 e 2016. *In: Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro. 2019, v. 35, n. 7, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00090918>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SILVA, A. A. P. et al. Características do ambiente no entorno de escolas, distância da residência e deslocamento ativo em adolescentes de Curitiba, Brasil. *In: Revista Brasileira de Epidemiologia*, Rio de Janeiro, v. 23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200065>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SILVA, A. T. et al. Distância até as academias ao ar livre, uso das estruturas e atividade física em adultos. *In: Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, São Paulo, v. 24, n. 02, p. 157-161, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1517-869220182402180439>. Acesso em: 17 Mar. 2022.

VASCONCELLOS, E. A. Mobilidade cotidiana, segregação urbana e exclusão. *In: BALBIN, Renato et. all. (orgs.). Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano*. Brasília: Ipea: ITDP, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160905_livro_cidade_movimento.pdf. Acesso em: 04 dez. 2021.